

# DIREITO CONSTITUCIONAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
<u>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</u>	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<b><u>Decreto Federal nº 9.937, de 24 de julho de 2019</u></b>	Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
<b><u>Decreto Federal nº 9.887, de 27 de junho de 2019</u></b>	Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.
<b><u>Decreto Federal nº 9.883, de 27 de junho de 2019</u></b>	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
<b><u>Decreto Federal nº 9.866, de 27 de junho de 2019</u></b>	Institui o Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública.
<b><u>Lei Federal nº 13.840, de 05 de junho 2019</u></b>	Altera as Leis nos 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Mensagem de veto
<b><u>Lei Federal nº 13.826, de 13 de maio de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a divulgação de

	resultado de processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.
<b><u>Decreto Federal nº 9.786, de 08 de maio de 2019</u></b>	Dispõe sobre a atuação da União durante a Copa América Conmebol Brasil 2019.
<b><u>Decreto Federal nº 9.781, de 03 de maio de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
<b><u>Decreto Federal nº 9.775, de 30 de abril de 2019</u></b>	Altera o Decreto de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde.
<b><u>Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019</u></b>	Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.
<b><u>Decreto Federal nº 9.772, de 26 de abril 2019</u></b>	Encerra a hora de verão no território nacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.796, de 03 de janeiro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.
<b><u>Decreto Federal nº 9.661, de 01 de janeiro de 2019</u></b>	Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
<b><u>Decreto Federal nº 9.597, de 04 de dezembro de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
<b><u>Lei Federal nº 13.730, de 8 de novembro de 2018</u></b>	Altera o art. 14 da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para considerar infração sanitária a inobservância das obrigações nela estabelecidas.
<b><u>Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012</u></b>	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
<b><u>Decreto Federal nº 9.508, de 24.9.2018</u></b>	Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

<b><u>Decreto Federal nº 9.494, de 6 de setembro de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.
<b><u>Decreto Federal nº 9.467, de 13 de agosto de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 3.011, de 30 de março de 1999, que qualifica como Organizações Militares Prestadoras de Serviços – OMPS, com autonomia de gestão, as Organizações Militares da Marinha que especifica.
<b><u>Decreto Federal nº 9.491, de 04.09.2018</u></b>	Altera o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.
<b><u>Decreto Federal nº 9.489, de 30 de agosto de 2018</u></b>	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
<b><u>Decreto Federal nº 9.468, de 13 de agosto de 2018</u></b>	Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.
<b><u>Lei Federal nº 13.702, de 6 de agosto de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a política nacional de irrigação, para estabelecer exceção à sanção de retomada da unidade parcelar em projetos públicos de irrigação, caso o imóvel esteja hipotecado em favor de instituições financeiras oficiais que tenham prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante, e as Leis nº s 12.873, de 24 de outubro de 2013, 6.088, de 16 de julho de 1974, e 13.502, de 1º de novembro de 2017. Parcialmente vetado.
<b><u>Lei Federal nº 13.690, de 10 de julho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, para criar o Ministério da Segurança Pública, e as Leis nos 11.134, de 15 de julho de 2005, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996; e revoga dispositivos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Mensagem de veto
<b><u>Decreto Federal nº 9.440, de 03 de julho de 2018</u></b>	Aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.427, de 28 de junho de 2018</u></b>	Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b><u>Lei Federal nº 13.684, de 21 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório

	provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Parcialmente vetada.
<b><u>Lei Federal nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u></b>	Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nos 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro de 2017; dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998; e dá outras providências. Parcialmente vetada.
<b><u>Lei Federal nº 13.676, de 11 de junho de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, para permitir a defesa oral do pedido de liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança.
<b><u>Decreto Federal nº 9.407, de 12 de junho de 2018</u></b>	Regulamenta o disposto no inciso VII do § 2º e no § 5º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.
<b><u>Decreto Federal nº 9.406, de 12 de junho de 2018</u></b>	Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
<b><u>Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018</u></b>	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Parcialmente vetada
<b><u>Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018</u></b>	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias.
<b><u>Decreto Federal nº 9.400, de 4 de junho de 2018</u></b>	Institui o Fórum Nacional de Ouvidores dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.
<b><u>Decreto Federal nº 9.380, de 23 de maio de 2018</u></b>	Altera o Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, e dispõe sobre a readequação da rede física do Sistema Único de Saúde oriunda de investimentos realizados pelos entes federativos com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde.

<b><u>Emenda Constitucional Federal nº 99, de 14 de dezembro de 2017</u></b>	Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<b><u>Emenda Constitucional nº 96, de 06 de junho de 2017</u></b>	Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.
<b><u>Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016</u></b>	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016</u></b>	Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.
<b><u>Lei Federal nº 13.361, de 23 de novembro de 2016</u></b>	Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.
<b><u>Medida Provisória Federal nº 737, de 6 de julho de 2016</u></b>	Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança. <u>Convertida na Lei nº 13.361, de 2016</u>
<b><u>Lei Federal nº 13.300, de 23 de junho de 2016</u></b>	Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 13.260, de 16 de março de 2016</u></b>	Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. <u>Mensagem de veto</u>
<b><u>Emenda constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016</u></b>	Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.
<b><u>Mensagem de veto total nº 441, de 22 de outubro de 2015</u></b>	Projeto de Lei Complementar nº 274, de 2015 (nº 124/15 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
<b><u>Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015</u></b>	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.
<b><u>Lei Federal nº 13.123, de 20 de maio de 2015</u></b>	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998;

	dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015</u></b>	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.
<b><u>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</u></b>	Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.
<b><u>Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015</u></b>	Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.
<b><u>Emenda Constitucional nº 83, de 5 de agosto de 2014</u></b>	Acrescenta o art. 92-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.
<b><u>Emenda Constitucional nº 82, de 16 de agosto de 2014</u></b>	Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
<b><u>Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014</u></b>	Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.
<b><u>Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014</u></b>	Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
<b><u>Lei Federal nº 12.986, de 2 junho de 2014</u></b>	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nos 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014</u></b>	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do

	Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências
<b><u>Emenda Constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013</u></b>	Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e vídeo fonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
<b><u>Lei Federal nº 12.864, de 24 de setembro de 2013</u></b>	Altera o caput do art. 3o da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.
<b><u>Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013</u></b>	Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 73, de 6 de junho de 2013</u></b>	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.
<b><u>Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013</u></b>	Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
<b><u>Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013</u></b>	Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.
<b><u>Decreto Federal nº 7.963, de 15 de março de 2013</u></b>	Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.
<b><u>Decreto Federal nº 7.962, de 15 de março 2013</u></b>	Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.
<b><u>Decreto Federal nº 7.958, de 13 de março de 2013</u></b>	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
<b><u>Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012</u></b>	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros

	hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.
<b><u>Lei Federal nº 12.734, de 30 de novembro de 2012</u></b>	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <b>royalties</b> e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.
<b><u>Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012</u></b>	Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
<b><u>Lei nº Federal 12.771, de 28 de Dezembro de 2012</u></b>	Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<b><u>Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012</u></b>	Regulamenta a <u>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</u> , que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do <b>caput</b> do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
<b><u>Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012</u></b>	Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.
<b><u>Emenda Constitucional nº 69, de 29 de março de 2012</u></b>	Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.
<b><u>Lei Federal nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011</u></b>	Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
<b><u>Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011</u></b>	Altera o <u>art. 76</u> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<b><u>Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011</u></b>	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do <b>caput</b> e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e



	à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº <u>6.938</u> , 31 de agosto de 1981.
<b><u>Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</u></b>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
<b><u>Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011</u></b>	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.
<b><u>Lei Federal nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011</u></b>	Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.
<b><u>Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2011</u></b>	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010</u></b>	Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
<b><u>Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010</u></b>	Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
<b><u>Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010</u></b>	Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.

<b><u>Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010</u></b>	Altera a denominação do <u>Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal</u> e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.
<b><u>Lei Federal nº 12.255, de 15 de junho de 2010</u></b>	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a <u>Lei nº 11.944</u> , de 28 de maio de 2009.
<b><u>Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010</u></b>	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.
<b><u>Emenda constitucional nº 63, de 4 de fevereiro de 2010</u></b>	Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.
<b><u>Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010</u></b>	Altera a <u>Lei Complementar nº 64</u> , de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da <u>Constituição Federal</u> , casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
<b><u>Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009</u></b>	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023.
<b><u>Lei Federal nº 12.063, de 27 de outubro de 2009</u></b>	Acrescenta à <u>Lei nº 9.868</u> , de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
<b><u>Decreto nº 5.301 de 9 de dezembro de 2004</u></b>	Regulamenta o disposto na Medida Provisória no 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5o da Constituição, e dá outras providências
<b><u>Lei Federal nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999</u></b>	Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.
<b><u>Lei Federal nº 9.868, de 10 de novembro de 1999</u></b>	Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
<b><u>Lei-Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998</u></b>	Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

<b><u>Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995</u></b>	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<b>Ação popular</b>	
<b><u>Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965</u></b>	Regula a ação popular.
<b>Documentos públicos</b>	
<b><u>Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005</u></b>	Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal.
<b>Estatuto da cidade</b>	
<b><u>Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001</u></b>	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
<b>Habeas Data</b>	
<b><u>Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997</u></b>	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .
<b>Mandado de Segurança</b>	
<b><u>Lei Federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009</u></b>	Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 10.910, de 15 de julho de 2004</u></b>	Altera o artigo 3º da Lei nº 4.348 de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>
<b><u>Lei Federal nº 4.348, de 26 de junho de 1964</u></b>	Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança.- Revogado pela Lei nº <u>Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.</u>
<b><u>Lei Federal nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951</u></b>	Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. Revogado pela Lei nº <u>Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.</u>

<b>LEGISLAÇÃO ESTADUAL</b>	
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>
<b>Lei Estadual nº 8.515, de 05 de setembro de 2019</b>	Altera a Lei nº 6.483, de 04 de julho de 2013, que dispõe sobre a aplicabilidade das penalidades administrativas, motivadas pela prática de atos de discriminação racial.
<b>Lei Estadual nº 8448, de 03 de julho de 2019</b>	Altera a Lei nº 3.613, de 18 de julho de 2001, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8435, de 01 de julho de 2019</b>	Altera a Lei nº 4102, de 05 de maio de 2003 que determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora da mama nos casos que menciona e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8434, de 01 de julho de 2019</b>	Autoriza a instituição de gratuidade na obtenção da segunda via da carteira de identidade para idosos e pessoas com deficiência.
<b>Lei Estadual nº 8428, de 01 de julho de 2019</b>	Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao Estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8425, de 01 de julho de 2019</b>	Cria o Programa Estadual de cuidados paliativos no âmbito da saúde pública do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8424, de 01 de julho de 2019</b>	Torna obrigatória a disponibilização de ar-condicionado nas unidades de pronto atendimento (UPAS), hospitais públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional nº 72, de 04 de junho de 2019</b>	Acrescenta o art. 181-A e altera os art. 112, o inciso I do § 1º do art. 117 e o art. 181 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8315, de 19 de março de 2019</b>	Institui Pisos Salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8303, de 28 de fevereiro de 2019</b>	Reconhece a atividade dos membros da Polícia Judiciária como de caráter técnico, para fins do disposto no art. 37, XVI, b, da CRFB/88.
<b>Lei Estadual nº 8255, de 17 de dezembro de 2018</b>	Dispõe sobre os estágios durante a formação e atualização de docentes, que deverão ocorrer, prioritariamente, em turmas com alunos que tenham necessidade especial.
<b>Lei Estadual nº 8253, de 14 de dezembro de 2018</b>	Institui o programa estadual de acolhimento de refugiados no Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 8148, de 30 de outubro 2018</b>	Altera a Lei 4.962, de 20 de dezembro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e dá outras providências.

<b>Lei Estadual nº 8124, de 09 de outubro 2018</b>	Cria a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com síndrome do X frágil.
<b>Lei Estadual nº 8113, de 20 de setembro de 2018</b>	Cria o Estatuto Estadual da Liberdade Religiosa e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 8060, de 17 de agosto de 2018</b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência nas iniciações científicas das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 71, de 2017</b>	Acrescenta dispositivo ao artigo 309 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 70, 12 de dezembro de 2017</b>	Modifica o Artigo 263 e acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao Artigo 183 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional nº. 69, de 2017</b>	Inclui os parágrafos 6º e 7º ao artigo 194, sem prejuízo para os demais, título 6º, capítulo 1, da tributação e do orçamento da Constituição Estadual.
<b>Lei Estadual nº 7596, de 23 de maio de 2017</b>	Dispõe acerca da disponibilização de informação, sobre medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.
<b>Lei Estadual nº 7507, de 29 de dezembro de 2016</b>	Dispõe sobre o limite para pagamento de obrigações de pequeno valor de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e altera a Lei Estadual nº 5.781, de 01 de julho de 2010.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 68, de 28 de julho de 2016</b>	Acrescenta inciso ao artigo 77 da constituição do estado do rio de janeiro, dispondo sobre o controle interno.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 67, de 19 de julho de 2016</b>	Acrescenta dois parágrafos ao artigo 2º da Emenda Constitucional nº 58/2014 que "altera o inciso XIII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dispondo sobre o limite único de remuneração".
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 66, de 21 de julho de 2016</b>	Acrescenta o artigo 11-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 15 de junho de 2016</b>	Acrescenta o § 5º, ao artigo 82, os incisos XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, os § 3º, § 4º, § 5º, § 6º, § 7º, § 8º, § 9º, ao artigo 83, o § 13, ao artigo 89, e modifica o inciso XIII, o inciso XIV e o § 2º do artigo 83; o inciso VI do artigo 92, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro

<b>Emenda Constitucional Estadual nº 64, 17 de maio de 2016</b>	Modifica o inciso I do § 1º, do artigo 128 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, relativo ao limite de idade para a nomeação de Conselheiro para o Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 7258, de 12 de abril 2016</b>	Estabelece regime de cotas para pessoas com deficiência para as empresas que firmarem contrato com o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b>Emenda Constitucional Estadual, nº 63, 21 de dezembro de 2015</b>	Dispõe sobre a licença às servidoras e funcionárias públicas em caso de perda gestacional e de nascimento prematuro, nos termos que menciona.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 62, 8 de dezembro de 2015</b>	Modifica o inciso II do Artigo 89, altera o inciso I do § 1º do Artigo 128, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 61, de 17 de novembro de 2015</b>	Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 119, da Constituição Estadual.
<b>Lei Estadual nº 6998, de 08 de maio de 2015</b>	Dispõe sobre o direito à objeção de consciência como escusa ao Princípio Constitucional insculpido no artigo 9º, §1º da Constituição Estadual.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 59, de 2015</b>	Modifica o inciso II do artigo 89, altera o inciso I do §1º do artigo 128 e o inciso VI do artigo 156, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.
<b>Lei Estadual nº 6924, de 26 de novembro de 2014</b>	Altera a lei nº 4.285, de 12 de março de 2004, que dispõe sobre a aplicação do art. 341 da Constituição Estadual. Lei Estadual nº 4285, de 12.03.2004
<b>Lei Estadual nº 6824, de 30 de junho de 2014</b>	Regulamenta o artigo 84 e seu parágrafo único da Constituição do estado do Rio de Janeiro sobre o direito do servidor público à licença sindical e dá outras providências.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 58, de 2014</b>	Altera o inciso XIII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dispondo sobre limite único de remuneração.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 57, 14 de maio de 2014</b>	Acrescenta incisos e parágrafos ao Artigo 125 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro
<b>Lei Estadual nº 6546, de 2 de outubro de 2013</b>	Trata sobre a disponibilização, pelo poder executivo, na rede hospitalar pública, em todo o estado do rio de janeiro e inclui o fornecimento

	gratuito de medicamentos indicados no tratamento de distúrbios correlatos, para a população em geral, portadora de dependência química advinda do tabagismo.
<b>Lei Estadual nº 6528, de 11 de setembro de 2013</b>	Regulamenta o artigo 23 da Constituição do Estado.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 54, de 18 de dezembro de 2012</b>	Acrescenta o artigo 360-A à Constituição do estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 53, de 26 de junho de 2012</b>	Altera a constituição do estado, adequando-a às modificações introduzidas na constituição da república.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 52, de 26 de junho de 2012</b>	Acrescenta § 7º ao art. 128 da Constituição Estadual.
<b>Lei Complementar Estadual nº 143, de 9 de janeiro de 2012</b>	Regulamenta o Inciso XXIX do Artigo 77 da Constituição do estado do Rio de Janeiro (Emenda Constitucional nº 50/2011) que veda a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para o alto escalão da administração pública direta e indireta dos três poderes do estado do Rio de Janeiro, estabelecendo impedimentos, prazos de cessação e determina outras providências.
<b>Lei Estadual nº 6118, de 19 de dezembro de 2011</b>	Fixa em obediência ao que preceituam os artigos 28, § 2º da Constituição Federal, e 99, IX, da Constituição do Estado, o subsídio do Governador, do Vice Governador e dos Secretários de Estado.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 51, de 6 de dezembro de 2011</b>	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 8º da Constituição Estadual, incluindo a acessibilidade no rol das garantias fundamentais do estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 50, de 22 de novembro de 2011</b>	Acrescenta o inciso XXIX ao artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Lei Estadual nº 6032, de 06 de setembro de 2011</b>	Regulamenta o artigo 336 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 46, de 01 de junho de 2011</b>	Acrescenta o inciso XXVIII ao artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 47, de 31 de maio de 2011</b>	Acrescenta inciso X ao artigo 358 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

<b>Emenda Constitucional Estadual nº 45, 24 de junho de 2010</b>	Acrescenta o § 13º ao artigo 91 da Constituição do estado do Rio de Janeiro.
<b>Emenda Constitucional Estadual nº 44, de 12 de maio de 2010</b>	O Art. 307 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
**Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)